

# EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL NO TOCANTINS AO NORTE DA BR- 153

*Exploration sexual commercial in tocantins northern br-153*

*Exploracion sexual comercial en tocantins norte br-153*



Revista  
**Desafios**

Artigo Original  
Original Article  
Artículo Original

Kellen Cristiny Araujo Menezes <sup>\*1</sup>, Ana Cristina Serafim da Silva <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduanda no Nono Período do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins. Membro do grupo de Estudo e Pesquisa em Infância e Adolescência- GEPIA. Bolsista PIBIC-CNPQ de agosto de 2016 até julho de 2020, Miracema do Tocantins, Brasil.

<sup>1</sup>Professora Doutora do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins. Coordenadora, orientadora e membro do grupo de Estudo e Pesquisa em Infância e Adolescência- GEPIA., Miracema do Tocantins, Brasil.

\*Correspondência: e-mail [kellen.menezes@mail.uft.edu.br](mailto:kellen.menezes@mail.uft.edu.br)

Artigo recebido em 29/03/2020 aprovado em 03/11/2020 publicado em 06/11/2020.

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral investigar a violência sexual contra crianças e adolescentes em alguns municípios cortados pela Br-153 no Tocantins e identificar as características desse fenômeno. Adota-se a teoria sócio histórica para reflexão acerca da infância e adolescência, gênero, políticas públicas e violação de direitos. Com relação aos materiais e métodos, segue uma abordagem de caráter qualitativo, utilizando-se questionários de caracterização da violência sexual que foram preenchidos pelos próprios atores sociais de acordo com as informações de cada instituição. Foram enviados questionários a 14 municípios, destes, 12 atores sociais responderam. Para análise dos dados utilizou-se Análise descritiva e software Iramuteq. A partir da análise, dentre os principais resultados, no que se refere ao fenômeno da Violência Sexual e suas características, identifica-se que a idade média das vítimas varia de 10 a 14 anos e tem, em sua grande maioria, vítimas do sexo feminino, sendo a violência intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual comercial os tipos mais frequentes. A respeito do suporte organizacional e encaminhamentos, as articulações da Rede são, ainda, precárias, os próprios atores sociais não têm conhecimento acerca da espécie da demanda, quais órgãos fazem parte deste trabalho e que tipo de atuação ele exige.

**Palavras-chave:** Infância e Adolescência; Violência Sexual; Rede de Proteção.

## ABSTRACT

*This article has the general objective of investigating sexual violence against children and adolescents in some municipalities cut by Br-153 in Tocantins and to identify the characteristics of this phenomenon. The socio-historical theory is adopted for reflection on childhood and adolescence, gender, public policies and violation of rights. With regard to materials and methods, it follows a qualitative approach, using questionnaires to characterize sexual violence that were filled out by the social actors themselves according to the information from each institution. Questionnaires were sent to 14 municipalities, of which 12 social actors responded. For data analysis, descriptive analysis and Iramuteq software were used. From the analysis, among the main results, with regard to the phenomenon of Sexual Violence and its characteristics, it is identified that the average age of the victims varies from 10 to 14 years and has, in its great majority, female victims. , with intrafamily, extrafamily violence and commercial sexual exploitation being the most frequent types. Regarding organizational support and referrals, the Network's articulations are still precarious, the social actors themselves are not aware of the type of demand, which bodies are part of this work and what type of action it requires..*

**Keywords:** Childhood and Adolescence; Sexual Violence; Protection net.

## RESUMEN

*Este artículo tiene el objetivo general de investigar la violencia sexual contra niños y adolescentes en algunos municipios recortados por Br-153 en Tocantins e identificar las características de este fenómeno. La teoría sociohistórica se adopta para la reflexión sobre la infancia y la adolescencia, el género, las políticas públicas y la violación de los derechos. Con respecto a los materiales y métodos, sigue un enfoque cualitativo, utilizando cuestionarios para caracterizar la violencia sexual que fueron completados por los propios actores sociales de acuerdo con la información de cada institución. Se enviaron cuestionarios a 14 municipios, de los cuales respondieron 12 actores sociales. Para el análisis de datos, se utilizó el análisis descriptivo y el software Iramuteq. Del análisis, entre los principales resultados, con respecto al fenómeno de la violencia sexual y sus características, se identifica que la edad promedio de las víctimas varía de 10 a 14 años y tiene, en su gran mayoría, mujeres víctimas, siendo la violencia intrafamiliar, extrafamiliar y la explotación sexual comercial los tipos más frecuentes. Con respecto al apoyo organizacional y las referencias, las articulaciones de la Red aún son precarias, los actores sociales no son conscientes del tipo de demanda, qué organismos son parte de este trabajo y qué tipo de acción requiere.*

**Descriptores:** Infancia y adolescencia; Violencia sexual; Red de protección.

---

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo geral investigar a violência sexual contra crianças e adolescentes em alguns municípios cortados pela Br-153 no Tocantins e identificar as características desse fenômeno e como objetivos específicos: identificar os casos de violência sexual, em especial a exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes; caracterizar os encaminhamentos e a atuação instituições no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes; caracterizar o suporte organizacional das instituições para viabilizar a promoção dos direitos da criança e do adolescente com relação violência sexual

A pesquisa foi realizada ao norte da BR-153 que corta o estado do Tocantins, uma vez que, de acordo com relatórios da Polícia Rodoviária Federal (2012) encontram-se nos municípios desta rodovia, pontos suscetíveis a violência e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Assim, é possível afirmar que os dados reais não condizem com o quantitativo de dados de violência sexual contra crianças e adolescentes presente nas instituições (Faleiros e Faleiros, 2008; Saffioti e Almeida, 1995;

Silva e Alberto, 2016), uma vez que nem todos são denunciados e que este é um fenômeno frequente.

Nesse sentido, Corgozinho (2010) aponta como um dos principais problemas sociais na Região Norte o trabalho escravo e a exploração sexual comercial infanto-juvenil, que não deixa de ser uma forma de escravidão do ponto de vista social, menciona ainda que somente na Br-153 fora possível identificar 27 pontos vulneráveis para esse tipo de violação. Tal fenômeno é visto como escravidão moderna e globalizada (Leal e César, 1998; Silva, 2007; Corgozinho, 2010) sendo fruto de mudanças dos valores atribuídos as relações sociais que são, em suma, protagonizadas pelo patriarcado, racismo, desigualdades sociais e de gênero.

Esta pesquisa resgata teoricamente como é construído ao longo da história o sentimento que se tem acerca da infância e em qual contexto surge a preocupação com garantia de direitos a crianças e adolescentes, a partir de uma concepção desses indivíduos como sujeitos de direitos. Em seguida, o artigo traz a conceituação da violência sexual e também da exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes como um fenômeno social de grande incidência e aponta também a rede de proteção

e defesa dos direitos da criança e adolescente como modo de atuação que objetiva romper com tais violações, conforme propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990).

Assim, no que tange ao percurso metodológico, este artigo segue uma abordagem de caráter qualitativo, a partir do referencial teórico crítico sócio histórico e para análise dos dados utilizou-se Análise descritiva e software *Iramuteq*.

## **INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

Ariès (1978) retrata na história que crianças e adolescentes por muito tempo foram vistos tanto como adultos em miniatura, quanto como objetos de manipulação ideológica por parte de pessoas adultas. Dessa forma, a infância longa e feliz apontada nos meios de comunicação, não era uma realidade, já que a taxa de mortalidade era muito alta e a preocupação com cuidado de crianças e adolescentes praticamente inexistiam.

No Brasil, a realidade não é diferente, Priore (2013) aborda a história das crianças no Brasil, principalmente durante o período colonial, como um período marcado por escravidão e exploração do trabalho, violência sexual, tragédias e lutas pela sobrevivência amparadas por ações e instituições assistencialistas. De acordo com Passetti (2000), os primeiros modelos de infância foram trazidos pelos Jesuítas que evidenciaram duas representações acerca da infância; uma mística repleta de fé e outra de uma criança como modelo de Jesus. Entretanto, no século XVIII identifica-se que tais concepções não se estendiam a todas as camadas, já que não enquadravam crianças órfãs, abandonadas e migrantes e resultada no não acolhimento e desatenção a infância e adolescência da época.

Mudanças significativas só começam a acontecer a partir da Constituição Federal Brasileira (CFB, 1988). Nesse sentido, Costa e Weber (2016)

apontam que até esse momento, crianças e adolescentes tinham apenas o direito à vida, abrindo espaço para inquietações acerca da qualidade desse direito, uma vez que não havia condições mínimas para existência. A Constituição Federal Brasileira (1988) abre espaço para o Estatuto da Criança e Adolescente de 1990, que aparece como principal instrumento que regulamenta e visa assegurar de forma integral os direitos dessa população.

É possível afirmar que mesmo com as mudanças previstas em leis, há quem viva a infância conforme o prescrito e há quem não viva, as meninas em situação de Exploração Sexual Comercial contra Crianças e Adolescentes - ESCCA, por exemplo (Silva e Alberto, 2016), fazem parte desse grupo que não vivencia uma infância pautada nos documentos legais, uma vez que desde a mais tenra idade são vítimas de violência sexual.

## **VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

A violência sexual, para Faleiros (2000), se mostra em uma relação de poder e força, onde um corpo ocupa o polo de dominação e o outro é coisificado, violado. Faleiros (2000) entende ainda que a violência sexual contra crianças e adolescentes se configura em um espaço subjetivo de segredos, silêncios e sigilos, mantidos pelo pacto do silêncio (Pinheiro, 2007), é manifestada em uma relação de poder pelo adulto ou não adulto, porém mais forte, sobre a criança e/ou adolescente, onde o abusador apropria-se e domina tanto o corpo da vítima, quanto de seus direitos, pode ocorrer com ou sem contato físico, envolvendo situações de assédio, voyeurismo, exibicionismo, exposição a material pornográfico, entre outros. Pode, também, ser concretizada com contato físico, envolvendo penetração genital ou anal ou toques nas regiões genitais, sexo oral e carícias (Habigzang e Koller, 2011; Rossato et. al., 2018).

É nesse sentido que Faleiros (2003) afirma que a violência sexual é uma categoria ampla que engloba todos os tipos de violações no quesito sexual, já o abuso sexual implica ultrapassagem de limites, de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, podendo ser intrafamiliar, extrafamiliar.

O abuso sexual intrafamiliar envolve relação sexual entre pessoas com alguma proximidade, parentesco ou que acreditem tê-lo (Habigzang e Koller, 2011; Faleiros, 2003). Significa afirmar que, mesmo que não consanguíneos, podem ser afetivamente considerados familiares fazendo parte do convívio da vítima (padrasto, madrasta, pai adotivo, vizinhos, amigos etc.). O CECRIA (1998, 2000) afirma que o abusador possui desenvolvimento físico e psíquico maior, o que presume detenção de poder sobre a criança ou o adolescente.

De acordo com Faleiros (2003) esse tipo de violência encontra lugar no silêncio e segredo mantido a partir das relações de poder (Brasil, 2018; Deslandes et. al., 2016; Silva, 2009; Silva e Menezes, 2017). O abuso sexual extrafamiliar é quando ocorre fora do seio familiar, ou seja, o abusador é alguém com quem a vítima, de modo geral, não tem qualquer grau de parentesco ou afetividade (Libório, 2005).

Já a exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes, para Faleiros e Faleiros (2007), vai além do viés das relações de poder e sigilo, envolve uma troca, adentrando o processo do uso, violação e mercantilização de um corpo infanto-juvenil, a exemplo, têm-se a prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais e encontram-se ainda, além da exploração econômica e sexual, as violências estrutural, física, psicológica, social e moral.

Para Serpa e Felipe (2019) a Exploração Sexual Comercial é vista como uma das formas mais

extremas de violação aos direitos humanos, que para além de impactos no corpo, tem ainda subjetivos, uma vez que pode comprometer a autoimagem e autoestima das vítimas pela via do estigma, tornando-as emocionalmente vulneráveis, favorecendo a permanência nessas situações, por não se sentirem aceitas em outros espaços.

A utilização do termo Exploração Sexual Comercial para falar dessa violência contra crianças e adolescentes é bastante recente, passou a ser estabelecido a partir do I Congresso Mundial de Estocolmo, ocorrido em 1996, substituindo o termo “prostituição infanto-juvenil”. Leal (1999) afirma que nessa mudança há um novo olhar sobre o tema, pois desmistifica a ideia de que essa criança e/ou adolescente está prostituindo-se de forma autônoma, uma vez que, na verdade, estão vitimizados por crimes de outrem.

Assim, compreende-se que a população infanto-juvenil não opta por estar nessa condição e que estão enquanto vítimas dessas e dos mais diversos tipos de violações, sejam eles de ordem física ou psicológica. Piscitelli (2013) aponta que no Código Penal Brasileiro a exploração sexual se caracteriza por uma prática sexual onde alguém que ocupa posição de dominação obriga outrem a exercer essa relação forçada, impedindo-a de sair mesmo que deseje.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é entendida (Silva e Menezes, 2017; Silva e Menezes, 2019; Silva, 2009; Faleiros, 2003; Saffioti e Almeida, 1995; Silva e Alberto, 2016; Corgozinho; 2010) como uma forma perversa de iniciação precoce da vida sexual da vítima e aponta dentre as modalidades desse tipo de violação o tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais; turismo sexual infanto-juvenil onde as crianças e adolescentes passam a ser a atração turística dos locais, sendo colocadas no patamar de bens de consumo; a pornografia infanto-juvenil, quando há a produção, a

divulgação ou a posse de figuras, fotos, filmes, e outras formas de imagem de crianças e adolescentes com o objetivo de motivar e/ou explorar o lado sexual destes sujeitos e, ainda, a prostituição infantil, definida como a negociação de atos sexuais em troca de pagamento monetário ou com produtos e/ou objetos.

Este fenômeno deve ser pensado também enquanto "violência estrutural", uma vez que é atravessado por diversos processos como exclusão social, globalização e questões de imposições mercadológicas. É, ainda, "violência interpessoal", sendo perpassada pelas relações intra e extrafamiliar". Já enquanto "violência social" a exploração sexual comercial é atravessada por marcadores como gênero, raça, etnia e fatores geracionais (Corgozinho; 2010; Silva, 2009; Silva e Alberto, 2016; Silva e Menezes, 2017; Silva e Menezes, 2019). É válido destacar que esse fenômeno contribui significativamente no processo de vulnerabilização da vítima no que tange a sua constituição subjetiva e identitária.

Assim, é perceptível que a Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes recebe diferentes atravessamentos (Morais, 2007) estruturais, econômicos, sociais, políticos, históricos e culturais. Dentre estes, a pesquisa aponta o recorte de gênero, uma vez que os dados apontam que as vítimas são, em sua maioria, do sexo feminino. O que pode ser pensado a partir do processo de constituição de gênero feminino/masculino, onde meninas e mulheres são colocadas como frágeis, dependentes e com o dever de servir, enquanto os homens foram mantidos no palco do poder e da força (Saffioti, 2004). A fins de prevenção, amparo e cuidados surge o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estabelecendo todas as diretrizes para uma atuação em rede que propõe ações amplas e eficazes em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

## **REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

De acordo com Priore (2013) inicialmente, havia uma desresponsabilização no que tange a atenção, proteção e defesa da população infanto-juvenil e surge no século XVIII as primeiras instituições formais conveniadas com as Santas Casas de Misericórdia que ficariam responsáveis pela atenção e "cuidado" a crianças e adolescentes, entretanto, a perspectiva era centrada no disciplinamento e dominação (Faleiros, 2003; Rizzini, 2007). Até esse período não estava em vigência nenhuma lei no sentido de garantir e assegurar direitos a população infanto-juvenil.

De acordo com Rizzini (2007), é somente a partir da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (Brasil, 2000) que tais concepções acerca dessa população começam a mudar, quando o Estado sinaliza um espaço amplo e democrático para discussão acerca da infância e adolescência no Brasil, bem como os direitos a eles reservados e abre espaço para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que foi efetivado em 23 de julho de 1990 no sentido de garantir e assegurar direitos da população infanto-juvenil.

Tal segurança e garantia é exposta pelo ECA (Brasil, 1990) como um modo de trabalho em Rede no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e ao Adolescentes (SGDCA) a partir do artigo 227 da Constituição Federal e do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente afirmando que é "dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos da população infanto-juvenil. (Brasil, 1988; Brasil, 1990)

Assim, Rizzini (2007) afirma que o ECA descentraliza a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, tornando possível a participação da família, Estado e sociedade no acolhimento a esses sujeitos no sentido de ter suas

necessidades atendidas em todos os aspectos biopsicossociais da demanda, a partir de um conjunto articulado de instituições trabalhando em uma configuração de Rede.

O conceito de Rede é entendido por Rizzini (2007) como um conjunto articulado da sociedade civil, família e instituições que atuam com o objetivo comum de assegurar os direitos de crianças e adolescentes e prevenir os diversos tipos de violação, incluindo a violência sexual. Esse conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, rompe com as práticas assistencialistas e filantrópicas, dando origem ao Sistema de Garantia de Direitos, (Faraj, Siqueira, Arpini, 2016; Aquino, 2004; Silva e Alberto, 2019; Silva e Menezes, 2017; Silva e Menezes, 2019; Conanda, 2004) que é entendido como um conjunto articulado da sociedade civil, família e instituições que atuam com o objetivo comum de assegurar os direitos de crianças e adolescentes.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo. O contexto escolhido para o desenvolvimento do estudo foi as cidades ao norte da BR 153 que apresentavam instituições que faziam parte dos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos - SGD (Defesa, Promoção e Controle). As instituições foram identificadas a partir de pesquisas e pelos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) das cidades como fazendo parte do SGD.

Para coleta de dados desta pesquisa utilizou-se de ligações, e-mails e rede social WhatsApp como forma de acessar atores sociais que atuavam nessa frente de atenção a crianças e adolescentes, por esses meios foi apresentado o projeto de pesquisa às instituições e enviados formulários online com

questionários a fins de responder os objetivos deste artigo. A primeira parte do questionário versava sobre os dados bio-sócio-demográficos, e a segunda parte, foi direcionada por temas norteadores da exploração e violência sexual, número de casos, denúncias, encaminhamentos dos casos e rede de proteção.

Dos 14 municípios da região norte do Tocantins cortados pela Br 153 que receberam os questionários, 12 atores sociais da Rede de Proteção responderam. Ressalta-se que para esta pesquisa, foram adotados todos os passos determinados pela Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número CAAE 17147613.7.0000.5188.

## ANÁLISE DESCRITIVA E ANÁLISE A PARTIR DO SOFTWARE IRAMUTEQ

Para análise dos dados foi utilizado a análise descritiva e o Software *Iramuteq*, que é uma interface visual que tem como recurso o *software R* para produzir análise de texto. Desenvolvido na língua francesa por Pierre Ratinaud em 2009, atualmente este software possui um amplo dicionário em diversas línguas, o que possibilita sua utilização em diversos países, inclusive no Brasil. A partir das análises descritivas surgiram 3 categorias, são elas: Características da violência sexual; caracterização dos encaminhamentos e articulação da rede e, por último, características do suporte organizacional, dessas três categorias, a de características da violência sexual foi realizada análise descritiva de conteúdo e as outras duas foram submetidas a análise do software *Iramuteq*.

De acordo com Camargo e Justo (2013) o software *Iramuteq* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), possibilita 5 tipos diferentes de análises, que são: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica

descendente; análises de similitude e nuvem de palavras. Neste estudo, para o processamento de dados, foi utilizado a nuvem de palavras e análise de similitude. Na nuvem de palavras, as palavras são agrupadas e organizadas graficamente de acordo com a sua frequência, o que possibilita facilmente a sua identificação, a partir de um único arquivo, denominado corpus, que reúne os textos originados pelas entrevistas; já a análise de similitude possibilitou identificar as ocorrências e o grau de conexão entre as palavras.

Inicialmente foi necessário organizar um único texto (corpus), composto pelas perguntas dos questionários, os quais são denominados pelo programa *Iramuteq* de segmentos de texto. O corpus é organizado por linhas de comando chamadas de "linhas de asteriscos", na qual é informado o número de identificação do texto, seguido de algumas variáveis indispensáveis para a análise.

## RESULTADOS

Na apresentação dos resultados utilizaremos os dados bio-sócio-demográficas dos atores, para ter uma compreensão de quem faz parte da rede mais 3 categorias, são elas: Características da violência sexual; caracterização dos encaminhamentos da rede e caracterização do suporte organizacional.

### Dados bio-sócio-demográficas.

Com relação ao tempo de trabalho dos atores sociais, varia de 6 meses a 9 anos. Um dado que chama atenção é com o fato de alguns dos profissionais atuarem em funções diferentes das formações e que nem todos têm formação superior. A seguir é possível identificar tais questões dentro das categorias citadas.

Com relação ao perfil dos atores sociais, a pesquisa identifica que nove dos doze atores sociais são do sexo feminino. Com idade variando de 23 a 59 anos. Oito dos atores sociais tem curso superior e

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uftsuple2020-8759>

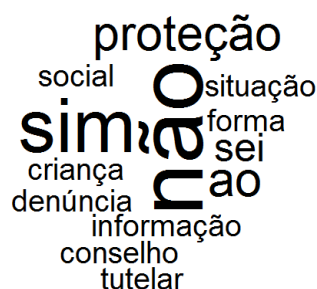
quatro não. Com relação ao tempo de trabalho na instituição, varia de 6 meses a 9 anos. Com relação a formação para trabalhar com crianças e adolescentes, 3 atores afirmam que a formação para trabalhar com crianças foram as participações em eventos, 7 afirmam que foram os cursos oferecidos pelo Estado, 1 afirma que a formação que teve para trabalhar com CA foram capacitações, conferências e oficinas e uma afirma que foi a própria graduação em Serviço Social.

### Análise lexicográfica

O relatório da análise lexicográfica identificou a quantidade de palavras denominadas de "formas ativas", as quais apresentaram maior frequência no corpus textual analisado.

O tamanho da fonte é proporcional a frequência de palavras no corpus analisado. Considerando que o levantamento realizado está relacionado a identificação e as características do fenômeno na violência sexual contra Crianças e adolescentes no Tocantins a partir do conhecimento da Rede de Proteção.

**Figura 1** - Nuvem de pontos das palavras ativas com maior frequência.



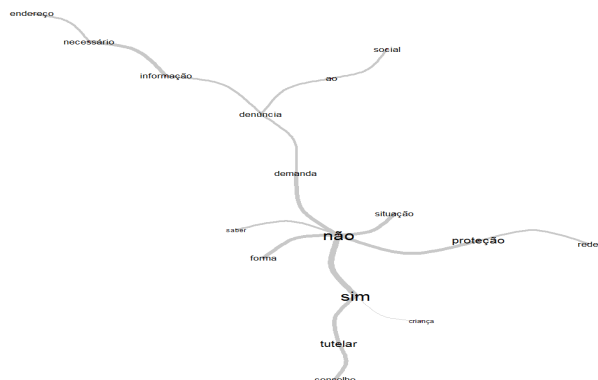
Fonte: Iramuteq – 2018.

### Análise de similitude

Outra análise realizada pelo Iramuteq foi análise de similitude que possibilitou observar a conexão ou a força de ligação entre os elementos expressos nos questionários. Na árvore máxima gerada no programa, constata-se a presença de três blocos

distintos com alto grau de conexão entre as palavras.

**Figura 2** - Árvore Máxima representando o grau de conexão entre as palavras ativas



Fonte: Iramuteq – 2018.

O bloco representado pela palavra “não” se refere a não formação para trabalhar com criança e adolescente e com violência sexual. Também se refere a falta de trabalho em rede ou a falta de conhecimento se o órgão faz ou não parte da rede. Refere-se ainda, o que chama atenção nesta pesquisa, ao não recebimento de denúncias, ou seja, “não há casos” de violência ou exploração sexual comercial. O bloco representado pela palavra “sim”, diz respeito ao suporte organizacional, afirmando que é suficiente para a demanda, já que esta é baixa.

Os dados encontrados corroboram com pesquisas anteriores, (Silva e Menezes, 2017), deixando perceptível a falta de conhecimentos mais intrínsecos ao trabalho de quem atua dentro da Rede de proteção e amparo, as informações que os referidos órgãos não conseguem trazer, os próprios instrumentos legais preveem. Por último, o bloco representado pela palavra “proteção” diz respeito aos encaminhamentos, onde as e os atores sociais afirmam que após a denúncia, acionam os órgãos responsáveis pela proteção dessas “crianças” que aparecem em um bloco muito menor na Árvore Máxima, o que pode fazer relação com as poucas vezes que os atores sociais

mencionam crianças, mesmo quando as questões são sobre elas.

## DISCUSSÃO

### Característica da violência sexual

Com relação à violência sexual, dois deles afirmaram não receber denúncias e os que receberam, caracterizaram como violência intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual comercial, sendo a maioria das vítimas do sexo feminino com idade média a partir das denúncias recebidas variando entre 09 meses a 15 anos, com prevalência de 10 a 14 anos.

É possível afirmar que os dados reais não condizem com os dados encontrados nas instituições, uma vez que a maioria não chega a ser denunciada, dificultando o acesso tanto a informação/quantificação dos casos, quanto aos cuidados e amparo à essa população. (Silva e Menezes, 2017; Silva e Menezes, 2019; Silva, 2009; Silva e Alberto, 2016; Corgozinho; 2010). A exploração sexual comercial tem ainda o agravante de ser uma violência velada ou omitida no discurso da “prostituição” que, por vezes, responsabiliza a vítima pela situação na qual se encontra.

Entretanto, como já mencionado neste artigo, por ser um fenômeno estrutural, social e histórico, perpassa inúmeras questões que servem como facilitadores ou como fatores que pressionam crianças e adolescentes a estarem em situações de exploração, como por exemplo os conflitos familiares, negligências, punições físicas, incesto e abuso sexual (Silva e Menezes, 2017; Silva e Menezes, 2019; Silva, 2009; Silva e Alberto, 2016; Corgozinho; 2010), que pode, inclusive fazer com que essa criança e/ou adolescente não se sinta no direito de ser protegida.

Os dados obtidos neste ponto da análise corroboram com o que afirmam alguns autores (Lima e Alberto, 2010; Silva e Alberto, 2016; Habigzang et.



al. 2015) que mais de 60% das vítimas de violência e abuso sexual são categorizadas como criança e adolescente, suas idades estão, em média, entre 10 a 15 anos, corroborando ainda com a pesquisa anterior (Menezes E Silva, 2019).

De acordo com pesquisas anteriores, (Silva e Menezes, 2017) a partir das respostas, é possível observar que há uma visão ainda distanciada sobre o que pode ser motivador do fenômeno de violência sexual assim como há um distanciamento, até mesmo, do que as leis nacionais preveem como delitos. Os dados são preocupantes uma vez que partem dos próprios órgãos. Faleiros (2003), enfatiza a importância de a Rede saber que não há um fator motivador determinante, há processos de acontecimentos e que os atores precisam ter conhecimento de tal, para que os encaminhamentos aconteçam da forma devida.

Os dados mostram, ainda, a influência dos papéis de gênero e da constituição da sociedade que tem como base o patriarcado (Silva, 2009; Silva e Alberto, 2016; Corgozinho; 2010; Habigzang e Koller, 2011; Saffioti e Almeida, 1995), onde o machismo coloca homens no lugar privilegiado do poder e domínio sobre o corpo, escolhas e direitos das meninas/mulheres, objetificando-as e colocando-as no lugar do servir.

### **Caracterização dos encaminhamentos da rede**

A maioria dos sujeitos respondem que a instituição em que trabalham tem o papel de erradicar a violência contra crianças e adolescentes e todos afirmaram que no Brasil podem ser solicitadas medidas de proteção para crianças e adolescentes em situação de risco, mas somente o conselho tutelar e disque 100 aparecem com força como responsável pela garantia dos direitos.

Sabe-se que a violência sexual e exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes requer

envolvimento de diferentes seguimentos tanto para a prevenção quanto para o combate, torna necessário atuação da justiça, segurança, saúde e movimentos comunitários, promovendo ações integradoras entre elas, no sentido de assegurar e garantir os direitos dessa população infanto-juvenil (Brasil, 1990; Faraj, Siqueira, Arpini, 2016; Aquino, 2004; Silva e Alberto, 2019). Entretanto, o que os dados nos mostram é que o trabalho é realizado ainda de forma indireta e fragmentada, com desconhecimento sobre para onde e quem deve realizar os encaminhamentos, assim, é notória a necessidade de fortalecer a ideia de rede, que precisa ser dinâmica para que os atores sociais possam estabelecer interligações, com objetivos e valores comuns, a partir de um processo comunicativo viável.

Os resultados encontrados a partir dos dados da rede também corroboram com outras pesquisas (Menezes e Silva, 2019; Silva e Menezes, 2017), partir das afirmativas entende-se que o conhecimento acerca do papel das instituições e da própria sociedade ainda é escasso e não acontece como Rizzini et al. (2006) definem como essencial, o que corrobora com o não exercício da erradicação do fenômeno em questão, os atores devem então ater-se ao ECA, aos Códigos e instrumentos legais ou cursos que visam informar como funciona o trabalho em Rede, assim como o papel de cada instituição e de cada ator social dentro desta (Brasil, 2000; Brasil, 1990; Faraj, Siqueira, Arpini, 2016; Aquino, 2004; Silva e Alberto, 2019; Silva e Menezes, 2017; Silva e Menezes, 2019; Conanda, 2004), para que as redes consigam exercer seus papéis proteger e de fazer com que as causas e consequências da violência sejam reconhecidas como problemas sociais.

### **Caracterização do suporte organizacional**

Sobre os locais que podem ser solicitadas medidas de proteção, é bastante relativo, mas todos citam o Conselho Tutelar. A respeito de órgãos

responsáveis por receber denúncias de violência e abuso contra crianças e adolescentes, a maioria afirma que é o disque 100 e Conselho Tutelar, faz-se necessário ressaltar que dois dos atores não sabem se Outra análise realizada pelo Iramuteq foi análise de similitude que possibilitou observar a conexão ou a força de ligação entre os elementos expressos nos questionários. Na árvore máxima gerada no programa, constata-se a presença de três blocos distintos com alto grau de conexão entre as palavras.

há órgão específico para receber tais denúncias, realizar a busca ou acolher famílias e vítimas.

Neste ponto de análise é válido salientar a importância de romper com a lógica do “trabalho setorizado e verticalizado” (Corgozinho, 2010; Morais, 2007; Silva e Menezes, 2019; Silva e Alberto, 2019; Brasil, 1990; Rizzini, 2007), promovendo a comunicação e a troca de informações, no sentido de pensar e executar capacitações dos profissionais e outras pessoas que se envolvem na rede, além de trazer as famílias nas ações de proteção e de prevenção, promovendo também a participação de amplos setores sociais, a partir da compreensão de que somente assim será possível construir uma rede de proteção eficaz no enfrentamento mesmo de demandas complexas, com um novo olhar para o mesmo problema capaz de elaborar, propor e executar soluções.

Os dados apontam que a articulação da Rede prevista nos próprios estatutos, como ECA e CONANDA não acontece, é possível fazer essa afirmativa uma vez que alguns dos atores não sabem onde podem ser denunciadas as suspeitas de caso de violência e os que sabem, especificam somente alguns, uma vez que toda a rede deve ser/estar preparada para receber e notificar casos de violência sexual. (Brasil, 1990; Faraj, Siqueira, Arpini, 2016; Aquino, 2004; Silva e Alberto, 2019). O conhecimento acerca do que é Rede de Proteção e Defesa aos direitos de Crianças e

Adolescentes, como deve funcionar no aspecto em teia proposto pelo ECA e quais as instâncias participam de sua construção, deve ser propagado e pensado entendendo que este é um dos únicos instrumentos que, se atuar de forma eficaz, pode romper com as ideias e reforçam práticas de violência e Exploração Sexual Comercial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível considerar, com base nas leituras realizadas em livros, artigos e conjunturas a respeito dos cuidados e amparos a criança e ao adolescente, que, apesar de uma política bem estabelecida visando o desenvolvimento desses sujeitos, a fiscalização e critério para que ocorra o proposto nos estatutos e órgãos competentes, é precária, resultando no não atendimento devido as vítimas.

Também é possível identificar, no que diz respeito à violência sexual contra crianças e adolescentes, que o trabalho ainda é realizado de forma indireta e fragmentada, faltando conhecimento por parte da própria rede sobre suas funções e papéis, os casos, as discussões e medidas para prevenção/cuidados não são tomados ou pensados pelo grupo.

Identificou-se também sobre o perfil das vítimas ou características da violência, que os tipos mais comuns são a violência intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual comercial com mais frequência, a idade média das vítimas varia de 10 a 14 anos e tem, em sua grande maioria, vítimas do sexo feminino.

O suporte organizacional e encaminhamentos ainda não acontecem da forma que deveria acontecer, a demanda que chega a determinado órgão para nele mesmo por falta de informação sobre para onde deveria ser encaminhado, as articulações da Rede são, ainda, precárias, os próprios atores sociais não têm conhecimento acerca da espécie da demanda, quais

órgãos fazem parte deste trabalho e que tipo de atuação ele exige.

A partir desta pesquisa entende-se que devem ser tomadas medidas para que o trabalho seja, de fato, exercido em rede, uma vez que a atuação não está como deveria, as informações não passam de um setor para o outro. Essa melhoria deve ser alcançada no sentido de evitar que as crianças e adolescente já vitimadas pela violência não tenham seus direitos ainda mais violados.

## AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

CORGOZINHO, Juliana Pinto. **Análise do ambiente de vulnerabilidade social no contexto de exploração sexual comercial infanto-juvenil**. 2010. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas, 2010.

DEL PRIORI, Mary. **História da criança no Brasil**. In: PASSETTI, Edson. **As crianças brasileiras: um pouco de sua história**. Texto mimeografado [S.I: s.n].

DESLANDES, S.F.; VIEIRA, L. J. E. S.; CAVALCANTI, L.F.; SILVA, R. **Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras**. *Comunicação Saúde Educação*, 20(59):865-77. Rio de Janeiro: 2016.

FALEIROS, E. T. (2003). **O abuso sexual contra crianças e adolescentes: Os (des) caminhos da denúncia**. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

HABIGZANG, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A. & Machado, P. X. (no prelo). **Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual**. *Psicologia Reflexão e Crítica*. 2005.

LEAL, M. L. P. **Exploração Sexual Comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe - Relatório Final – Brasil**. CECRIA, UNICEF, CESE, Ministério da Justiça, Visão Mundial, Instituto Interamericano del Niño. Brasília, DF, 1999.

LEAL, M. de F. P.; CESAR, M. A. (Orgs.). **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília, DF: CECRIA; Ministério da Justiça; CESE, 1998.

LIMA, J. A., ALBERTO, M. F. P. **Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas**. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 412-420, João Pessoa: 2010.

MENEZES, K. C. A; SILVA, A. C. S. da. **Violência sexual no Tocantins: A atuação da rede de proteção**. *Humanidades e Inovação. Política Social e regressões sociais no Brasil: dilemas e desafios*. Palmas Tocantins, v. 6 n. 17, 2019.

MORAIS, Normanda Araujo de et al. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros**. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2007, vol.23, n.3, pp.263-271.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, direitos humanos e vítimas**. In: MILSKOLCI, Richard e PELÚCIO, Larissa (Orgs.). **Discursos fora da ordem. Sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo, FAPESP/Annablume, 2013, pp. 199-227

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, I., Rizzini, I., Naiff, I., & Baptista, R. (Eds.). **Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção de direitos a convivência familiar e comunitária no Brasil**. (2. ed.). São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B; ALMEIDA, S. **Violência de gênero poder e impotência**. Rio de Janeiro: Editora Revinter; 1995.

SERPA, Monise Gomes e FELIPE, Jane. **O conceito de exploração sexual e seus tensionamentos: para**

**além da dicotomia vitimização-exploração.** Rev. Estud. Fem. [online]. 2019, vol.27, n.1

SILVA, A. C. S. da., MENEZES, K. C. A. **Violência Sexual no Tocantins: A atuação da Rede de Proteção da cidade de Miracema.** Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Infância e Adolescência- GEPIA, 2017. (não publicado).

SILVA, A. C. S. da., MENEZES, K. C. A. **Exploração sexual comercial no Tocantins.** Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Infância e Adolescência-GEPIA, 2019. (não publicado).

SILVA, Ana Cristina Serafim da; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **Exploração sexual comercial de**

**crianças e adolescentes: A vivência subjetiva do corpo.** Psicologia em Revista (Online), v. 22, p. 69-89, 2016.

SILVA, Ana Cristina Serafim da; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes.** Psicol. cienc. prof., 2019, vol.39.

SILVA, Ana Cristina Serafim da. **Meninas, exploração sexual comercial, corpo e subjetividade.** Orientador: Maria de Fátima Pereira Alberto. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Estudante, João Pessoa, 2009.